

FRJ/IEI
D315

041125-6

nº 315

***GATT 1994: Uma Avaliação dos
Principais Acordos e dos Impactos
sobre a Política Comercial Brasileira***

João Bosco M. Machado

*Instituto de
Economia
Industrial*
U F R J

TEXTOS PARA DISCUSSÃO





**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial**

Textos para Discussão

**GATT 1994: uma avaliação dos principais acordos e dos
impactos sobre a política comercial brasileira**

João Bosco M. Machado *



43 - 016745

Junho

*** Pesquisador associado da FUNCEX e professor do Departamento de
Economia da UFRJ**

**Instituto de
Economia
Industrial
UFRJ**

Director

José Ricardo Taulle

Coordenador de Ensino

Carlos Aguiar de Medeiros

Coordenador de Pesquisa

João Luis Maurity Sabóia

Gerente Administrativa

Sebastiana de Sousa Barros

Supervisão

Maria Lúcia Ferro

Projeto Gráfico

José Antonio de Oliveira

Editoração Eletrônica

Jorge Amaro

Impressão

Célio de Almeida Mentor e Ronel José Gomes



Ficha Catalográfica

MACHADO, João Bosco Mesquita

GATT 1994: uma avaliação dos principais acordos e dos impactos sobre a política comercial brasileira. / João Bosco M. Machado. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1994.

43 p.: 21 cm. -- (Texto para Discussão. IEI/UFRJ; nº 315)

1. Acordo Geral sobre Tarifa e Comércio - GATT. 2. Brasil - Política Comercial. I. Título. II. Série.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Economia Industrial

Palácio Universidade do Brasil

Av. Pasteur, 250 - Praia Vermelha

CEP 22290 - Rio de Janeiro - RJ

295 1447 e 541 8148 (fax)



GATT 1994: uma avaliação dos principais acordos e dos impactos sobre a política comercial brasileira

I. Introdução

Em 15 de dezembro de 1993, após 8 anos de conversações, o comitê de negociações comerciais do GATT deu por encerrada, em Genebra, a Rodada Uruguai do GATT com a aprovação da Ata Final do encontro. O Acordo do GATT de 1947 foi substituído pelo GATT 1994. O documento foi ratificado por 109 dos 124 países que participaram da reunião realizada em Marrakesh em abril deste ano. Iniciada em 1986, a mais longa entre as seis rodadas do GATT ampliou a agenda de negociações que, além de avançar em áreas tradicionais como o "acesso a mercados", abrangendo setores como agricultura e têxteis -- não submetidos às regras do acordo até a presente rodada -- introduziu um conjunto de novos temas entre os quais destacam-se a definição de regulações multilaterais para as áreas de serviços, investimentos e propriedade intelectual. Não há dúvida de que, dada a abrangência dos temas e agentes envolvidos nas negociações, a ratificação do Acordo implicará no fortalecimento do multilateralismo e em mudanças significativas no regime mundial de comércio, com impactos relevantes sobre a gestão da política comercial brasileira e sobre a relação do Brasil com seus principais parceiros comerciais.

A Rodada Uruguai instituiu a Organização Mundial de Comércio (OMC) que funcionará como corpo institucional responsável pela gestão dos acordos do GATT, incluindo os resultados da atual Rodada, e pela supervisão de acordos comerciais entre países realizados sob os auspícios do Acordo. A nova organização ficará responsável pela aplicação, administração e funcionamento do Acordo, transformando-se em fórum permanente para as negociações entre os estados membros acerca de suas relações

comerciais multilaterais. Deverá, ainda, gerir a aplicação das normas e procedimentos que regem o novo sistema de solução de controvérsias, bem como administrar o mecanismo de exame das políticas comerciais nacionais (o Trade Policy Review Mechanism -- TPRM). Os países membros da OMC terão a obrigação de aceitar integralmente as regras prevalecentes bem como os termos acordados na Rodada Uruguai.

O conjunto dos acordos negociados altera integralmente a abrangência e o padrão da regulação comercial gerida pelo GATT. Em linhas gerais, até a Rodada Tóquio, o princípio da "cláusula de nação mais favorecida" viabilizou a redução generalizada da proteção tarifária ampliando o acesso aos mercados nacionais em bases multilaterais. Além das negociações comerciais de produtos, o Acordo definia as condições de aplicação de instrumentos de defesa contra práticas desleais de comércio -- os códigos anti-dumping e de subsídios e direitos compensatórios -- e apresentava regras e procedimentos para solução de controvérsias entre as partes contratantes.

A Rodada Uruguai constitui um marco nas relações econômicas internacionais ao abrir espaço para discussão de uma agenda de políticas que altera as vantagens comparativas dos países e que afeta direta e indiretamente os fluxos de comércio e de investimentos. Tal perspectiva, reflete uma percepção de que o comércio é cada vez menos afetado por barreiras fronteiriças, enquanto assume crescente importância as políticas e regulações nacionais que tendem a funcionar como fatores inibidores do processo de integração econômica e comercial em termos globais (Lawrence [1991]). Neste sentido, a inclusão dos chamados "novos temas", muito além de representar, dentro de uma interpretação estigmatizada do processo negociador, o interesse dos países hegemônicos e o poder de lobby de grupos econômicos específicos, parece de fato refletir um contexto em que a harmonização de políticas nacionais torna-se objeto prioritário de negociação entre países, dado o novo cenário mundial, marcado pela crescente globalização dos mercados e pelo aumento das interfaces entre regulação e competitividade.

Dentro deste contexto, o processo de negociação que resultou na constituição do GATT 1994 dependeu de arranjos e

compromissos políticos mais amplos do que a estrutura do antigo acordo podia abrigar. Pode-se afirmar que o sistema global de comércio sobre a égide da OMC constitui de facto um movimento para "além do GATT" na medida em que perde importância relativa a regulação do regime de comércio e a nova instituição passa a lidar com problemas de "fronteira" que conduzem a um sistema mais profundo de harmonização global em áreas como normas técnicas, política tecnológica e política de concorrência (Lawrence [1991]). Porém, este novo esquema institucional não define obrigatoriamente sistemas regulatórios e institucionais homogêneos entre os diferentes países participantes. Pelo contrário, ele reconhece que a harmonização de políticas, por constituir uma tarefa com elevado grau de complexidade, deve abranger aquelas áreas em que diferenças entre os aparatos regulatórios nacionais possam afetar mais diretamente a competitividade relativa dos países. Por outro lado, nada impede que venha a ocorrer competição entre regimes regulatórios nacionais, desde que alguns princípios gerais estabelecidos no âmbito do novo acordo sejam respeitados pelas partes signatárias.

Entre os principais resultados da Rodada encontram-se os acordos setoriais para a agricultura e o setor têxtil, a definição de novas regras e critérios mais precisos para a aplicação dos códigos anti-dumping, de subsídios e direitos compensatórios e das cláusulas de salvaguarda. De outro lado, o Acordo também estabelece um conjunto de regulamentações em duas áreas que afetam diretamente o comércio: as políticas de investimento e propriedade intelectual das partes signatárias passam a se submeter a um conjunto de princípios e regras definidas no âmbito dos Trade Related Aspects of Investment Measures (TRIM's) e dos Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIP's). A Ata Final contém o resultado das negociações na área de serviços, que estende o princípio da "cláusula de nação mais favorecida" para o novo Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS). Um conjunto de compromissos estabelece as bases para um programa de desgravação progressiva do comércio de serviços. Os principais resultados da Rodada em cada uma dessas áreas são analisados com maiores detalhes nas seções seguintes. A segunda seção trata das negociações sobre acesso a mercados, nas áreas de produtos

industriais e agrícolas. A terceira discute as principais alterações nos instrumentos de regulação do comércio internacional com ênfase na revisão dos códigos anti-dumping, de subsídios e direitos compensatórios, de salvaguarda e no acordo sobre barreiras técnicas ao comércio. A quarta apresenta os resultados das negociações dos chamados "novos temas". A última seção resume as principais conclusões do trabalho.

II. Acesso a Mercados

As negociações de "acesso a mercados" encerraram-se em 31 de março, quando foram consolidadas as ofertas dos países¹. O Brasil obteve uma redução tarifária global da ordem de 35%; incrementando a posição competitiva de alguns produtos manufaturados como calçados, têxteis, papel e celulose, aço, produtos de madeira e cerâmica. A principal oferta brasileira envolveu a consolidação das tarifas alfandegárias no nível de 35%.

O incremento nas oportunidades de acesso a mercados será consequência das reduções tarifárias e dos compromissos firmados entre as partes contratantes na definição de disciplinas que passarão a regular a aplicação de restrições quantitativas e da ampla gama de medidas de subvenção à produção ou à exportação. Um dos resultados da Rodada é o aumento da percentagem de tarifas consolidadas² pelos países, bem como das importações amparadas por concessões baseadas na "cláusula de nação mais favorecida" (mfn).

Outras deliberações da Rodada, como a nova regulamentação sobre o código de salvaguarda (ver seção III.3 deste trabalho), bem como o compromisso de eliminação de outras medidas da "área cinzenta" e o acordo sobre medidas de controle do balanço de pagamentos³ asseguram uma redução gradual das restrições quantitativas ao comércio mundial.

Segundo previsões elaboradas pela Secretaria Geral do GATT, até o ano de 2005, as ofertas consolidadas pelas partes contratantes permitirão um incremento do comércio mundial da ordem de 12.4% o que representa exportações adicionais de aproximadamente US\$ 745 bilhões.

II.1 produtos industriais

Conforme as informações apresentadas na tabela 1, as linhas tarifárias consolidadas mais do que triplicarão no caso dos países em desenvolvimento, em parte como resultado das iniciativas unilaterais de reforma comercial empreendidas por um conjunto representativo de países deste grupo que conferiram maior flexibilidade para as negociações multilaterais de acesso a mercados. No caso dos países desenvolvidos e em transição, a quase totalidade das linhas tarifárias estarão consolidadas a partir da presente Rodada. As importações amparadas por tarifas consolidadas também abrangerão quase 100% das compras dos países desenvolvidos e em transição. Será significativo o aumento das importações dos países em desenvolvimento em linhas tarifárias consolidadas: de 1/10 para 2/3 aproximadamente.

Tabela 1
Importações e Alcance das Consolidações - Produtos Industriais

Grupo de Países	(em percentagem)			
	Linhas Tarifárias consolidadas		Importações em Linhas Tarifárias Consolidadas (*)	
	antes da Rodada	ofertas	antes da Rodada	ofertas
Econ. desenvolvidas	78	97	94	98
Econ. em desenvolv.	21	65	12	56
Econ. em transição	74	98	75	98

Fonte: GATT

obs: dados consolidados para 45 países;

(*) consolidações em favor das economias em desenvolvimento; média ponderada pelo valor das importações.

A tabela 2 descreve a abrangência das ofertas dos países desenvolvidos e as tarifas consolidadas para diferentes categorias de produtos industriais. No total, as ofertas consolidadas para os países em desenvolvimento produziram uma redução de 34% nas tarifas praticadas pelos países desenvolvidos. Os produtos que

sofreram maiores reduções tarifárias foram os minerais, metais, madeira, papel e móveis e as máquinas elétricas. Em todos estes casos, as tarifas aduaneiras praticadas antes da Rodada Uruguai eram inferiores a 4.7% e as concessões feitas aos países em desenvolvimento foram, na média, maiores do que as praticadas para as importações de todas as procedências. Os produtos que obtiveram as

Tabela 2
Tarifas Aduaneiras Consolidadas pelos Países Desenvolvidos, segundo Diferentes Mercadorias
(em US\$ bilhões e porcentagem)

Categoria de Produtos	Valor das Import. Todas as Econ. em Desenvolvimento		Tarifas Médias (%)					
			Importações Gerais Procedências			Importações procedentes dos países em desenv.		
			antes da Rodada	Oferta	Redução %	antes da Rodada	Oferta	Re- dução %
todos os produtos	783.8	189.7	8.4	4.0	38	8.8	4.5	34
têxtil e vestuário	88.4	33.2	15.5	12.4	20	14.8	11.5	21
metais	89.4	24.4	3.7	1.4	62	2.7	0.9	67
produtos minerais	72.8	22.2	2.8	1.1	58	2.7	0.8	70
máquinas elétricas	88.0	19.2	8.8	3.8	45	6.3	3.5	44
couro, borracha e calçado	31.7	12.2	8.9	7.1	20	8.1	6.8	19
madeira, papel e móveis	40.8	11.5	3.5	1.5	57	4.8	1.7	63
outras manufaturas	78.1	10.9	5.4	2.7	50	6.5	3.4	48
pescado e prod. processados	18.6	10.6	6.1	4.8	21	6.7	5.2	22
máquinas não elétricas	118.1	9.8	4.8	2.3	52	4.7	1.9	60
produtos químicos	80.9	8.2	8.7	3.8	43	7.2	4.0	44
material de transporte	98.3	7.8	7.4	5.8	22	3.8	3.1	18
produtos de econ. em desenvolvimento	485.8	122.8	7.8	5.0	34	8.0	5.8	30
produtos tropicais industriais	32.8	14.4	4.2	2.3	45	4.2	1.8	57
produtos de recursos naturais	80.2	33.4	3.2	2.1	34	4.0	2.8	35

Fonte: GATT

(*) média aritmética das ofertas de redução ponderadas pelo valor das importações;

obs: informações consolidadas para 45 países.

menores reduções foram material de transporte, couro, borracha e calçados, os têxteis e confecções e o pescado. Sobre estas categorias de produtos incidiam as maiores alíquotas sobre as exportações dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. Ademais, para algumas categorias de produtos, como material de transporte e têxteis e confecções, os países desenvolvidos continuam aplicando medidas de proteção não tarifária.

No geral, as negociações de acesso a mercado podem ser consideradas satisfatórias para o Brasil. Alguns produtos industriais com participação significativa na pauta de exportação, como metais e papel, estão entre aqueles cujas alíquotas sofreram as maiores reduções. Mesmo no caso de têxteis e confecções, onde as concessões não foram significativas, deverá ocorrer um avanço no processo de liberalização comercial mundial com a integração do setor às regras do GATT4. As negociações garantiram a desmontagem gradual do acordo MULTIFIBRAS que regula o comércio mundial do setor desde a década de 1960, integrando-o à disciplina do GATT. Nos 60 dias subsequentes à entrada em vigor do acordo, todas as restrições quantitativas ao amparo do MULTIFIBRAS deverão ser notificadas ao GATT, quando então passarão a ser governadas pelo acordo têxtil do GATT 1994. Com a entrada em vigor do acordo, as partes contratantes submeterão às suas regras os produtos que, em 1990, representavam não menos do que 16% do volume total de importações naquele ano dos produtos relacionados no anexo do acordo. Os produtos remanescentes serão integrados em três etapas. Pela primeira, após o trigésimo sexto mês de vigência do acordo serão integrados os produtos que, em 1990, representavam não menos do que 17% do volume total de importações dos produtos relacionados no anexo. Na segunda etapa, do trigésimo sétimo ao octogésimo mês de vigência do acordo, serão incorporados os produtos que, em 1990, representavam não menos do que 18% do volume total de importações dos produtos descritos no anexo. Na terceira e última etapa, do octogésimo sexto ao 120o. mês de vigência do acordo, o setor têxtil e de vestuários se integrará completamente à disciplina do GATT. O acordo prevê taxas de crescimento em cada faixa de contingenciamento. Na segunda etapa, 25% em relação ao níveis

da primeira etapa; e na terceira etapa, 27% em relação aos níveis da etapa anterior.

Outras restrições ao comércio de têxteis e confecções não amparadas pelo Acordo MULTIFIBRAS devem ser notificadas às partes contratantes, passando, no prazo de um ano, a se submeterem às disciplinas do GATT. A supervisão dos compromissos ficará a cargo do Textiles Monitoring Board (TMB). A utilização do mecanismo de salvaguarda será permitida desde que precedida de consulta e acordada mutuamente. No caso de medidas unilaterais, a utilização da referida cláusula deverá ser monitorada pelo TMB. Apesar de o Brasil não preencher, no caso de muitos produtos, as cotas a que tem direito pelo acordo MULTIFIBRAS, a liberalização do comércio de têxteis e confecções pode significar a ampliação do mercado de exportação em segmentos em que a indústria brasileira é competitiva.

II.2 agricultura

As negociações de "acesso a mercados" foram dominadas pelo impasse na área agrícola. O acordo de Blair House, firmado entre os EUA e a UE em novembro de 1992, fixava compromissos de limitação da área plantada e de contenção do nível de exportações subsidiadas.⁵ Permaneciam, no entanto, alguns impasses em torno da utilização de mecanismos de assistência à produção, em especial sobre quais políticas de apoio deveriam ser definidos compromissos de desmantelamento ou redução. Durante a fase final das negociações, o governo francês, sob crescente pressão de seus agricultores, passou a manifestar restrições crescentes em torno da magnitude e da duração dos processos de phasing-out das políticas de assistência e de liberalização comercial na agricultura.

O acordo final na área agrícola acabou ficando aquém das expectativas dos países do Grupo de Cairns (do qual o Brasil é membro) -- que congrega alguns dos mais importantes produtos agrícolas do mundo, defensores de uma maior liberalização do comércio agrícola após a conclusão da Rodada Uruguai. A chamada opção zero proposta pelo ex-presidente americano, Ronald Reagan, que previa como meta a completa eliminação dos subsídios

agrícolas até o ano 2000 acabou se mostrando irrealista e criando obstáculos ao andamento do processo de negociação. Como resultado das pressões francesas e frente ao iminente risco de impasse que colocariam em jogo o conjunto da Rodada, o resultado das negociações acabaram comprometidos pela "acomodação" dos interesses dos países da UE: o acordo definitivo possibilitará uma exportação adicional de aproximadamente 7 milhões de toneladas de grãos e de 1 milhão de toneladas de óleos pelos EUA e de 8 milhões de toneladas de grãos pela UE.⁶

Além da consolidação das ofertas com base nas tarifas aduaneiras, foram definidos compromissos para tarifificação das barreiras não tarifárias. As tarifas resultantes deverão ser reduzidas 36% em média, no caso dos países desenvolvidos (ver tabela 5) e 24% em média, no caso dos países em desenvolvimento. As reduções, em todas as posições tarifárias, deverão ser efetivadas num prazo de seis e dez anos, respectivamente para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. As partes contratantes deverão ainda reduzir, no prazo de seis anos, o valor dos subsídios diretos à exportação em 36% e o volume das exportações subsidiadas em 21%, tomando como base, nos dois casos, a média dos subsídios concedidos no período 1986-1990. No caso dos países em desenvolvimento, as reduções serão de 2/3 em relação aos valores fixados para os países desenvolvidos e se estenderão por um período máximo de dez anos. O acordo incluiu ainda uma "cláusula de paz" pela qual ficam suspensas a abertura de investigações e as aplicações de direitos compensatórios sobre as exportações subsidiadas por um prazo de nove anos. A proposta original do Grupo de Cairns era de que esta anistia valesse apenas por seis anos.

A tabela 3 apresenta os compromissos quantitativos oferecidos pelos países desenvolvidos para redução dos subsídios às exportações. Para o total dos produtos agropecuários, os subsídios abrangem 16.9% do valor das exportações. Os lácteos, os cereais, os animais e os produtos de origem animal estão entre as atividades que mais recebem subvenções às exportações. É exatamente para estes setores que os países desenvolvidos consolidaram a maior quantidade de compromissos quantitativos para redução ou remoção de subsídios à exportação.

Foram também fixados compromissos de eliminação de qualquer tipo de ajuda interna que afete a oferta de produtos agropecuários ou que gere distorções sobre o comércio internacional, a partir de patamares fixados pelos países. Durante o período de ajuste os países desenvolvidos deverão reduzir em US\$ 150 bilhões a ajuda interna aos produtos agropecuários. Os compromissos das economias em desenvolvimento e das economias em transição implicarão reduções deste tipo de ajuda na ordem de US\$ 19 bilhões e US\$ 4 bilhões, respectivamente. Ademais, a definição de normas sobre a utilização de assistência interna significa que os países deverão adotar formas de ajuda que produzam menos distorções sobre o comércio.

Tabela 3
Economias Desenvolvidas: Subsídios à Exportação (*) e
Compromissos Assumidos na Rodada Uruguaia

Categorias de Produtos	Subsídios à Exportação (em US\$ milhões)	Compromissos Quantitativos Oferecidos	Total das Exportações (em US\$ milhões)	(1)/(2) %
	(1)		(2)	
frutas, legumes e hortaliças	156	10	8.794	1.8
café, chá, cacau, açúcar	987	12	8.988	10.9
cereais	5.189	20	11.151	46.5
animais e produtos do reino animal	3.055	23	10.165	30.0
oleaginosas e azéites	230	14	9.366	2.5
bebidas e liq. alcoólicos	213	3	7.439	2.9
produtos lácteos	4.985	33	4.103	121.5
tabaco	71	1	4.504	1.6
outros produtos	572	3	18.670	3.1
produtos agropecuários incorporados a outros produtos	961	--	(**)	--
Total dos produtos agropecuários	16.420	119	96.691	16.9

Fonte: GATT

(*) informações consolidadas para 43 países;

(**) exportações incluídas em outras categorias.

A tabela 4 descreve o alcance das ofertas consolidadas de produtos agrícolas para as posições tarifárias segundo diferentes grupos de países. No geral, é possível observar um crescimento acentuado das ofertas de acesso preferencial aos mercados. Para os três grupos de países, as alíquotas consolidadas passarão a abranger a quase totalidade das posições tarifárias. No caso das economias em desenvolvimento, quintuplicou-se as linhas tarifárias consolidadas. Após a conclusão das negociações, as importações de produtos agrícolas provenientes dos países em desenvolvimento em linhas tarifárias consolidadas chegam a praticamente 100%. Levando-se em conta que estas informações incluem também a tarifificação de barreiras não tarifárias, é possível constatar um certo avanço nas negociações de acesso a mercados para os produtos agrícolas.

Tabela 4
Importações e Alcance das Consolidações - Produtos Agrícolas (*)

Grupo de Países	(em percentagem)			
	Linhas Tarifárias consolidadas		Importações em Linhas Tarifárias Consolidadas (**)	
	antes da Rodada	ofertas	antes da Rodada	ofertas
Econ. desenvolvidas	58	99	84	98
Econ. em desenvolv.	17	89	nd(***)	nd(***)
Econ. em transição	51	93	55	98

Fonte: GATT

obs: dados consolidados para 45 países;

(*) as ofertas se referem não só à redução dos direitos aduaneiros vigentes, mas também da redução das alíquotas decorrentes do processo de tarifificação das barreiras não tarifárias; média aritmética das ofertas;

(**) tarifas consolidadas em favor das economias em desenvolvimento;

(***) não disponível; percentagem das importações das economias em desenvolvimento consolidadas para todas os mercados antes da Rodada: 23%;

(****) não disponível; percentagem das importações das economias em desenvolvimento consolidadas para todas os mercados em oferta na atual Rodada: 90%.

A tabela 5 descreve as reduções tarifárias consolidadas pelas economias desenvolvidas para diferentes categorias de produtos. Flores, plantas e materiais de origem vegetal, bebidas e líquidos alcoólicos e cereais estão entre os produtos provenientes dos países em desenvolvimento que mais incrementaram sua posição competitiva nas economias desenvolvidas. Globalmente, as reduções tarifárias concedidas pelas economias desenvolvidas alcançam 35%, destacando-se as alíquotas consolidadas para as bebidas tropicais, especiarias, flores e plantas com reduções da ordem de 45 e 51%, respectivamente.

Tabela 5
Reduções Tarifárias e Importações de Produtos Agropecuários
Economias Desenvolvidas (*)

(em US\$ milhões)

Categorias de Produtos	Valor das Importações		Redução % (**)
	Todas Fontes	Economias em Desenvolvimento	
Todos os produtos agropecuários	84.240	38.030	36
café, chá, cacau, açúcar, etc	13.634	10.280	32
frutas, legumes e hortaliças	14.575	8.887	35
oleaginosas e azeites	12.584	6.833	37
outros	15.585	4.233	46
animais e produtos do reino animal	9.595	2.690	32
bebidas e líquidos alcoólicos	6.608	2.012	39
flores, plantas e material de origem vegetal	1.945	1.187	47
tabaco	3.086	1.135	34
cereais	5.310	725	38
produtos lácteos	1.317	48	25
Produtos das economias em desenvolvimento	74.343	33.751	35
Produtos Tropicais	24.022	18.744	42
-bebidas tropicais	8.655	8.041	45
-frutas tropicais	4.340	3.672	36
-oleaginosas e azeites	3.434	2.546	38
-raízes tropicais, arroz e tabaco	4.591	2.497	38
-especiarias, flores e plantas	2.992	1.987	51

Fonte: GATT

(*) as ofertas se referem não só à redução dos direitos aduaneiros vigentes, mas também da redução das alíquotas decorrentes do processo de tarifação das barreiras não tarifárias; média aritmética das ofertas.

(**) Inclui os equivalentes tarifários das barreiras não tarifárias.

Embora as metas de liberalização comercial perseguidas pelo Grupo de Cairns tivessem de ser revistas no decorrer das negociações, o acordo na área agrícola teve, pelo menos, um saldo positivo ao submeter o comércio agrícola a regras acordadas no âmbito do GATT. Para os países em desenvolvimento, o principal resultado das negociações na área agrícola, refere-se à desgravação das barreiras tarifárias e não-tarifárias -- alcançando valores da ordem de 40% -- sobre o comércio de produtos tropicais no montante de US\$ 24 bilhões/ano.

No longo prazo, é provável que a tarifação das barreiras não-tarifárias e a redução das tarifas e da assistência governamental nos EUA e CE beneficie as exportações brasileiras de produtos agrícolas, especialmente no caso dos cereais, do suco de laranja⁷, do açúcar, e das carnes de aves, produtos cujo comércio internacional encontra-se submetido a uma série de restrições.

Todavia, a suspensão da imposição de direitos compensatórios contra exportações subsidiadas -- a chamada "cláusula de paz", negociada entre os EUA e a UE -- impõe perdas aos países do Grupo de Cairns ao permitir que os EUA e a UE continuem colocando seus excedentes exportáveis no mercado mundial a preços artificialmente competitivos. No curto prazo, as reduções nos subsídios propostas pelos países desenvolvidos parecem ter representado apenas a consolidação da Política Agrícola Comum (PAC) da UE junto ao novo acordo do GATT. Portanto, não se deve esperar, pelo menos no curto prazo, que as negociações venham a produzir impactos significativos sobre as exportações dos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, pois, no caso de alguns produtos (como, por exemplo, leite em pó, arroz, milho e manteiga), a UE já estava comprometida, nos últimos anos, com a redução do volume de subvenções governamentais independentemente dos resultados da Rodada Uruguai.

III. Regulação do Comércio Internacional: dumping, subsídios e salvaguardas⁸

Duas áreas de aplicação definem o alcance dos códigos anti-dumping, de subsídios e direitos compensatórios e da cláusula de salvaguarda. Os dois primeiros são instrumentos fundamentais

de proteção contra práticas desleais no comércio internacional, especialmente num contexto de abertura comercial como a que o Brasil empreendeu recentemente. O artigo XIX do GATT permite a um país suspender temporariamente a observância dos compromissos de acesso a mercados assumidos no GATT. A salvaguarda deveria operar como instrumento de sustentação das políticas de reestruturação produtiva, conferindo proteção adequada a fim de permitir o ajuste do padrão de competitividade. Sua aplicação, contudo, esteve limitada durante a década de oitenta, como consequência da ambigüidade de seu texto e da ausência de um documento interpretativo do referido artigo 9. Neste contexto, os códigos anti-dumping e de subsídios foram, com frequência, empregados como instrumentos de "salvaguarda".

Do ponto de vista brasileiro, a nova regulamentação do GATT nas área de dumping e subsídios reduz o espaço dos países desenvolvidos para o uso abusivo dos referidos códigos.¹⁰

A nova regulamentação sobre dumping e subsídios apresenta-se como oportunidade de definição de uma interpretação brasileira para a aplicação dos referidos códigos e exigirá uma ampla revisão da legislação nacional. Apesar de o Brasil ter implementado as medidas anti-dumping e de subsídios e direitos compensatórios desde 1987, não há qualquer documento governamental que explicita os critérios para aplicação destes instrumentos e os procedimentos relacionados com cálculo de dano ou que discuta a validade do princípio da retroatividade na cobrança dos direitos anti-dumping e compensatórios.

De um ponto de vista mais abrangente, a revisão dos códigos é importante para o Brasil, não só porque é pequeno o nosso poder de barganha no comércio internacional e, nessas circunstâncias, o Brasil tem muito a ganhar com o fortalecimento de disciplinas multilaterais negociadas no âmbito do GATT, mas também porque a liberalização das importações torna importante a disponibilidade de instrumentos que coibam as práticas desleais de comércio em sintonia com as normas internacionais disponíveis (Piani & Pereira [1993]).

O principal obstáculo que impede um uso adequado e mais intenso dos referidos códigos no Brasil ainda está relacionado com a precariedade da estrutura administrativa e a falta de recursos

materiais e humanos dos órgãos responsáveis pela aplicação dos instrumentos.

III.1 O novo acordo sobre os códigos anti-dumping

Desde que foi aprovado, na Rodada Tóquio, o código anti-dumping tem sido usado arbitrariamente pelos países desenvolvidos como instrumento de proteção para setores ameaçados pela concorrência externa. Quando não aplicados, a simples ameaça de abertura de investigação ou de imposição de direitos anti-dumping funcionou como mecanismo de pressão para viabilizar a imposição de regras de ordenamento de mercados, como, por exemplo, os "acordos voluntários de restrição à exportação"¹¹. A ausência de uma regulamentação precisa para a aplicação das cláusulas de salvaguarda também levou a que alguns países substituíssem este instrumento pelos códigos anti-dumping para proteção de setores que apresentavam problemas estruturais de competitividade.

A revisão dos códigos anti-dumping teve como objetivo conferir maior transparência e regras mais detalhadas para exame dos processos de dumping. O novo acordo enfatiza a necessidade de que a indústria afetada estabeleça claramente a existência de dumping e dano e da relação causal entre o primeiro e o segundo fato, evitando assim que o instrumento seja usado de forma discriminatória e casuística. O exame das importações objeto de dumping deve compreender uma avaliação cuidadosa de todos os elementos econômicos que possam constituir ameaça à indústria em questão. O texto confirma a atual interpretação de "indústria doméstica". Sujeta a poucas exceções, "indústria doméstica" refere-se ao conjunto dos produtores estabelecidos no mercado nacional que sejam fabricantes de produtos iguais ou similares ou, ainda, ao conjunto de produtores cuja produção agregada represente a maior proporção da produção local dos referidos produtos.

Alguns novos dispositivos foram introduzidos de forma a apontar em que circunstâncias novas investigações podem ser abertas e como elas devem ser conduzidas: todas as partes interessadas têm o direito de apresentar evidências que possam ser relevantes para

o encaminhamento das investigações. No entanto, se os procedimentos adotados estiverem em conformidade com as disposições do acordo, a decisão final sobre a imposição de um direito anti-dumping não poderá ser contestada pelo painel do GATT12. A aplicação de direitos provisórios só poderá ocorrer depois de transcorridos, no mínimo, 60 dias do início das investigações. Adicionalmente, o novo acordo esclarece o papel dos painéis de solução de controvérsias relacionadas com a aplicação de medidas anti-dumping pelas partes signatárias.

Outra alteração importante diz respeito à preferência conferida aos preços domésticos como representação do valor do produto no mercado do país exportador ao invés de um "valor normal" construído. Em geral, a possibilidade de empregar sem restrições um valor arbitrariamente construído facilitava a prova de existência da margem de dumping ou permitia que estas margens fossem infladas, sempre que os investigadores considerassem conveniente. O código revisado também recomenda que, no cálculo da margem de dumping seja preferencialmente utilizado o valor médio no mercado doméstico comparado com a média ponderada dos preços de exportação e não com preços de exportação tomados um a um. Como o emprego deste método, é provável que os investigadores constatem com frequência a existência de margem de dumping, especialmente em mercados onde é comum a prática de "discriminação de preços".

Tanto no caso do código anti-dumping, quanto no de subsídios, foi introduzido o mecanismo de *circumvention* que estende a possibilidade de abertura de investigação e a cobrança de direitos quando for constatada a prática de dumping ou subsídios nas partes e peças ou nos componentes utilizados na fabricação do produto importado.

Uma nova cláusula fixou um prazo máximo de cinco anos para vigência dos direitos anti-dumping. Ademais, ficou estabelecido que as investigações devem ser encerradas caso a margem de dumping seja inferior a 2% ou quando as importações com dumping provenientes de um único país atinjam menos de 1% do mercado doméstico do país importador (ou, no caso de "dano cumulativo", quando as importações provenientes de diversos países forem inferiores a 2,5% do mercado nacional).

III.2 O novo acordo sobre o código de subsídios e direitos compensatórios

As negociações em torno do código de subsídios e direitos compensatórios tinham como objetivo definir um acordo para interpretação e aplicação dos artigos VI, XVI e XXIII do GATT que haviam sido negociados na Rodada Tóquio.

Diferentemente do código anterior, o novo acordo apresenta uma conceituação mais precisa de subsídio e introduz o conceito de "subsídio específico", que é definido como qualquer tipo de subvenção governamental que se aplica exclusivamente a uma empresa, uma indústria ou grupo de empresas de uma indústria. Somente os subsídios específicos são objeto de regulamentação e se submetem às disciplinas do acordo 13.

O novo código de subsídios e direitos compensatórios classifica os subsídios em três categorias:

- . proibidos - aplicados parcial ou integralmente como mecanismo direto de incentivo às exportações ou que criem vinculação ou estabeleçam cláusulas que privilegiem o uso de produtos domésticos em detrimento de produtos importados. Os subsídios proibidos estão sujeitos a novos procedimentos para resolução de controvérsias, inclusive pela fixação de um cronograma para solução de controvérsias. Caso o painel considere que o subsídio aplicado seja mesmo proibido, o país deverá removê-lo imediatamente. Se o país não eliminar a utilização do referido subsídio no prazo especificado, a parte reclamante poderá adotar medidas compensatórias;

- . acionáveis - aqueles que afetam os interesses de outros signatários, causando "sério dano" à sua indústria doméstica. A existência de dano pode ser presumida quando a subvenção exceder a 5% do valor do produto. Nestas circunstâncias, a responsabilidade sobre a prova de que o referido subsídio não causa sério prejuízo à parte reclamante recai sobre o país que subsidia. Assim como no caso dos subsídios proibidos, as partes afetadas pelos "subsídios acionáveis" podem recorrer ao sistema de resolução de controvérsias. Se for determinado que os efeitos alegados existem, o país deverá remover o subsídio ou eliminar seus efeitos adversos;

... não-acionáveis - subsídios não específicos, ou seja, que não são limitados a determinados tipos de indústria, atividade ou região e os subsídios específicos quando aplicados como mecanismo de incentivo às atividades de pesquisa, como instrumento de redução de disparidades regionais ou quando facilitarem a adaptação a novos requerimentos ambientais impostos por leis e regulamentos.

Uma seção do acordo estabelece os procedimentos para investigação e imposição de direitos compensatórios sobre importações subsidiadas. Todas as partes interessadas podem apresentar informações e argumentos que forneçam aos investigadores um conjunto de evidências necessárias ao exame do processo. Algumas disposições fixam os procedimentos para o cálculo do montante de subsídio que servirá de base para a determinação do dano à indústria doméstica. Todos os fatores econômicos relevantes devem ser levados em consideração na investigação de dano, bem como na constatação da existência de relação causal entre importações subsidiadas e dano à indústria.

Assim como no código de dumping, foram introduzidos alguns critérios que tornam compulsório o encerramento das investigações (cláusula de minimis): sempre que o subsídio for inferior a 1% do valor unitário do produto ou quando o volume de importações real ou potencial e o dano causado por elas for negligenciável. Exceto sob circunstâncias anormais, os processos devem ser encerrados em 12 meses a contar do início das investigações e, improrrogavelmente, depois de 18 meses. Todos os direitos compensatórios serão extintos decorridos 5 anos de imposição, a não ser que os investigadores, com base em novas avaliações, descubram que a subvenção e o dano permanecem como prática recorrente.

O acordo reconhece que os subsídios desempenham um papel importante em programas de desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento e na transformação de economias centralmente planejadas em economias de mercado. Países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento com renda per capita anual inferior a US\$ 1.000 ficaram isentos das disciplinas em torno do uso dos subsídios para exportação e obtiveram um *waiver* temporário para a utilização de outros subsídios proibidos.

Para os demais países em desenvolvimento, ficará vedada a utilização de novos subsídios à exportação apenas 8 anos após a entrada em vigor do acordo que estabeleceu a WTO. Foi fixado um prazo de carência para a utilização de outros subsídios proibidos pouco menor do que o concedido para os países de menor desenvolvimento econômico relativo. No caso dos países em transição para economias de mercado, os subsídios proibidos deverão ser eliminados no prazo de 7 anos a partir da entrada em vigor do acordo.

A cláusula de minimis garante tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento. As investigações deverão ser encerradas se o valor do subsídio contido em um produto originário de países em desenvolvimento não exceder a 2% do valor do produto (a 3% para determinados países) ou se o volume de importações subsidiadas provenientes de um único país for inferior a 4% do mercado doméstico do país importador (ou inferior a 9% do total das importações provenientes de diversos países).

A caracterização de subsídios específicos limitou o espectro de subvenções que se submetem às disciplinas do acordo. Cabe salientar, porém, que o novo código ainda manteve um certo espaço para ações discricionárias, principalmente no caso dos "subsídios acionáveis" que fornecem amparo para interpretações abrangentes sobre qualquer programa de assistência governamental visto como alvo potencial de investigação. Mesmo no caso dos "subsídios não-acionáveis", quando qualquer parte contratante tiver evidências de que a aplicação de subvenções governamentais está produzindo sérios danos à indústria doméstica é possível solicitar ao sistema de solução de controvérsias parecer e recomendações sobre o assunto.

III. 3 O código de salvaguardas

Entre os instrumentos de proteção regidos pelo GATT, o acordo para aplicação de salvaguardas foi o que sofreu maiores alterações na presente rodada. Segundo o artigo XIX do GATT, a salvaguarda, ou seja a suspensão temporária de compromissos consolidados junto ao GATT, deve ser acionada para proteger a indústria doméstica sempre que um aumento imprevisto das importações

esteja causando ou ameace causar sério dano ao produtor local. Embora apresentasse o contexto para a aplicação da salvaguarda, na sua versão original o acordo pode ser considerado bastante frouxo por conter omissões na definição da forma de gestão do instrumento -- autorização para aplicação de medidas tarifária ou não tarifárias --, dos procedimentos para monitoramento da utilização da salvaguarda e dos prazos de validade da medida. Alguns países desenvolvidos, como é o caso dos EUA, passaram a utilizar a cláusula de salvaguarda para a imposição de cotas de importação para um amplo conjunto de setores industriais ou como instrumento de pressão para negociar os famosos "acordos voluntários de restrições às exportações" (VRA's).

O acordo estabeleceu a proibição de utilização das "medidas da área cinzenta" e a desmontagem, num prazo de quatro anos, daquelas que ainda estejam em vigor. Ficam vedadas a manutenção ou a imposição de qualquer restrição voluntária à exportação, de arranjos para ordenamento de mercados e de qualquer medida similar de controle das importações ou exportações. As "medidas da área cinzenta" ainda remanescentes deverão ser adaptadas a fim de cumprir as determinações do código ou terão de ser eliminadas dentro de um prazo de 4 anos a partir da entrada em vigor do acordo. Quando ainda em vigor, as medidas de salvaguarda aplicadas de acordo com o artigo XIX do GATT serão eliminadas no prazo de 8 anos, depois da entrada em vigor do acordo ou decorridos 5 anos de aplicação da medida, aplicando-se o critério que mantiver a validade da medida por mais tempo.

Todas as novas medidas de salvaguarda terão prazo de validade máximo de quatro anos, estendidos, em casos excepcionais, por mais quatro, desde que comprovada que a prorrogação é fator imprescindível para que a indústria obtenha êxito no processo de ajustamento. A definição do phasing-out da medida é obrigatório em todos os casos. Nenhuma salvaguarda poderá ser aplicada contra as importações caso o produto tenha sido objeto de tal medida nos últimos 2 anos. Contudo, uma salvaguarda poderá ser aplicada durante até 180 dias se decorrido, pelos menos, 1 ano desde a data da imposição da medida e se tal procedimento não tiver se repetido por mais de duas vezes no período de 5 anos após a introdução da primeira salvaguarda.

O código aprovado insere o critério de "dano grave" bem como os fatores que devem ser analisados para determinar o impacto das importações sobre os produtores domésticos. Em circunstâncias críticas, uma salvaguarda provisória pode ser imposta por um período máximo de 200 dias, desde que comprovada preliminarmente a existência de "dano grave".

A salvaguarda deve conferir proteção adequada de modo a, tão somente, prevenir ou remediar o dano e facilitar o ajustamento da indústria. Se a medida tomar a forma de restrições quantitativas, estas não poderão reduzir as quantidades importadas abaixo do nível anual médio dos últimos três anos para os quais existam informações estatísticas disponíveis, a não ser que uma razão justificável seja apresentada para sustentar que um nível menor de importações é necessário para prevenir ou remediar o dano.

Em princípio, a aplicação da salvaguarda não deve discriminar países ou empresas fornecedoras. No caso de aplicação de cotas que exclua eventuais supridores, o país deve negociar um acordo com os fornecedores interessados em suprir o mercado local. A alocação de cotas deve, normalmente, ser decidida com base na proporção da quantidade ou do valor do produto importado para um período de tempo representativo. Esta disposição poderá ser violada se o país afetado demonstrar que as importações provenientes de determinado mercado cresceram desproporcionalmente em relação à taxa de crescimento da demanda total por aquele produto e se a nova repartição do mercado prover condições equitativas a todos os demais fornecedores. Neste caso, a duração da medida de salvaguarda não poderá exceder a 4 anos.

O acordo garante a realização de consultas e a negociação de compensações no caso de aplicação de medidas de salvaguarda. Quando as consultas não forem bem sucedidas, os países afetados poderão retirar concessões equivalentes ou se eximir de outros obrigações assumidos junto ao GATT 94. Contudo, estes procedimentos não poderão ser adotados no decorrer dos três primeiros anos de aplicação da medida se sua aplicação estiver em conformidade com o texto do acordo e se ela resultar de um incremento substancial das importações.

Concessões específicas foram obtidas pelos países em desenvolvimento. Salvaguardas não serão aplicadas contra um país em desenvolvimento se sua participação como fornecedor em determinado mercado for inferior a 3% do valor total das importações e se o conjunto dos países em desenvolvimento com participação inferior a 3% não representarem, coletivamente, mais do 9% do valor total das importações. No que se refere à aplicação da salvaguarda, os países em desenvolvimento têm o direito de estender o período de validade da medida por mais dois anos além do prazo máximo. Estes países também podem impor uma salvaguarda para um produto que tenha sido submetido a esta medida, depois de transcorrido um período equivalente à metade da duração da salvaguarda anterior, sujeito a um prazo de não aplicação de pelo menos 2 anos.

O Brasil pode ser um dos beneficiários das novas regulamentações para aplicação da cláusula de salvaguarda. Diversos segmentos da indústria nacional foram e são penalizados com a imposição de cotas, VRA's e outras "medidas da área cinzenta", resultado dos problemas estruturais de competitividade enfrentados por setores da indústria nos países desenvolvidos e também do poder de lobby de grupos empresariais. Ao criar um comitê de salvaguardas, o GATT pode assegurar que os termos do acordo serão respeitados, reduzindo a possibilidade de que parceiros comerciais do Brasil tenham oportunidade de fazer uso de medidas discricionárias de proteção ou aplicar de maneira inadequada a cláusula de salvaguarda.

Por outro lado, no plano doméstico, as mudanças no acordo de salvaguarda poderão viabilizar seu uso como instrumento subsidiário para políticas de reestruturação produtiva que porventura venham a ser implementadas. Nestas circunstâncias, quando um pleito por proteção decorrer estritamente da menor eficiência relativa do produtor doméstico é importante, caso seja concedida a proteção, impor exigências à indústria protegida a fim de assegurar o compromisso com a reestruturação, de forma a desonerar indivíduos e empresas que consomem seu produto e que, no presente, pagam o custo decorrente da proteção concedida (Guimarães e Naidin [1994]). Portanto, a cláusula de salvaguarda fornece o amparo para concessão de proteção seletiva e temporária

que deverá estar, de alguma forma, associada a programas de reestruturação produtiva.

III.4 Barreiras técnicas ao comércio

O acordo da Rodada Uruguaial estende e torna mais claros os dispositivos do acordo sobre barreiras técnicas ao comércio aprovado na Rodada Tóquio. Seu objetivo principal é garantir que as normas técnicas bem como os procedimentos de teste e certificação não criam obstáculos desnecessários ao comércio ou sejam usados como instrumentos que viabilizem práticas discriminatórias contra determinados produtos ou fornecedores.

O acordo encoraja os países a usar a legislação internacional sobre normas técnicas como base para fixação de padrões nacionais de desempenho de produtos e processos e na definição dos procedimentos de teste e certificação. Reconhece, entretanto, que os países têm o direito de fixar normas técnicas de forma a segurar proteção à saúde, à vida humana, animal ou vegetal e ao meio ambiente nos níveis considerados adequados.

Entre as inovações do acordo podem ser mencionadas: a inclusão de novos regulamentos que estabelecem relações precisas entre métodos produtivos e características finais do produto; a ampliação do grau de cobertura dos procedimentos de conformidade, tornando sua disciplina e aplicação mais precisa; a preparação de disposições mais detalhadas sobre os procedimentos de notificação e certificação utilizados por agências governamentais ou não-governamentais; no anexo do acordo foi incluído um "código de boas práticas" que deverá servir de orientação para preparação e aplicação das regras de normalização técnicas pelos órgãos competentes.

IV. Novos Temas

Pela primeira vez na história das rodadas do GATT, negociações para definição de princípios e regras aplicáveis ao comércio de serviço, propriedade intelectual e investimentos foram objeto de discussão. Do ponto de vista dos países desenvolvidos, "(...) a crescente importância destes temas (...) significava, do ponto de

vista de alguns países desenvolvidos, que a questão do comércio, para ser regulada, exigia um campo de abrangência maior que o definido pelo GATT." (Pereira [1991]). A demanda dos países desenvolvidos pela inclusão dos serviços, da propriedade intelectual e dos investimentos na agenda da rodada reflete a importância da liberalização conjunta do comércio de mercadorias e serviços no contexto de globalização da produção que afeta a capacidade dessas economias de absorverem os ganhos decorrentes da liderança do processo de inovação tecnológica. Neste contexto, é importante criar um conjunto de disposições, negociadas multilateralmente, que permitam estabelecer padrões de referência para a harmonização das políticas nacionais nestas áreas.

A negociação na área dos chamados "novos temas" foi antecedida por uma ampla discussão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre a abrangência da Rodada Uruguai e sobre a conveniência de incluí-los ou não 14 nas negociações. A avaliação dos países em desenvolvimento era de que a inclusão dos novos temas na Rodada refletia, em grande medida, o interesse dos países desenvolvidos, detentores de maiores vantagens competitivas nos setores de prestação de serviços.

O Brasil, como um dos líderes do G10 (grupo que congregava países em desenvolvimento), manifestava-se contrário à inclusão, defendendo apenas a discussão sobre regras relativas ao investimento sempre que estas pudessem afetar o fluxo de comércio. Embora tivessem inicialmente rejeitado a proposta de inclusão dos serviços na rodada, alguns países em desenvolvimento, apoiados pela Comunidade Européia, acabaram adotando uma posição mais flexível o estabelecimento de negociações independentes para mercadorias e serviços 15. O apoio da CE refletia uma estratégia de negociação que buscava aliados nos países em desenvolvimento em favor de um certo arrefecimento das demandas em favor de maior controle sobre as políticas de apoio à agricultura e de maior liberalização do comércio no setor em troca de apoio por um posicionamento que contrarrestasse a defesa incondicional dos EUA pela inclusão dos serviços nas negociações.

Acabou prevalecendo esta última posição. Por intermédio do estabelecimento do dual-track-system, firmou-se o compromisso

de que as negociações de mercadorias e serviços seriam promovidas separadamente, ou seja, ficava vedada qualquer cláusula de negociação que envolvesse concessões ou possibilidade de retaliações cruzadas entre serviços e mercadorias. O estabelecimento de um sistema de negociações distinto para bens e serviços pode ser considerado uma decisão positiva para os países em desenvolvimento na medida em que criou impedimentos para aplicação do "princípio de reciprocidade plena" 16 defendido pelos EUA. Foi criado então o Grupo sobre Negociações de Serviços (GNS) que definiu uma agenda de temas prioritários, entre os quais se incluíam: definição e mensuração do comércio de serviços; avaliação da regulação internacional incidente sobre o setor; princípios e diretrizes para regulamentação do comércio nesta área.

IV.1 Serviços

As negociações envolvendo a atividade de serviços resultaram no estabelecimento de um marco multilateral para o setor por intermédio da criação do GATS (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços), cuja meta principal é a liberalização progressiva dos serviços e adoção de regras transparentes para o comércio no setor. A cobertura do comércio amparada pelo GATS é estimada em US\$ 2 bilhões por ano. Até novembro foram consolidadas 77 ofertas abrangendo 88 países 17. Do acordo quadro consta ainda as obrigações gerais aplicáveis a todos os membros, o resultado das negociações específicas nos setores financeiro, de telecomunicações e de transporte aéreo bem como as listas com os compromissos nacionais.

Como princípio geral, as partes signatárias devem se submeter à cláusula de nação mais favorecida que passa a ser o princípio mais importante de regulação do comércio de serviços. Dada a complexidade das regulações que afetam o setor serviços e a possibilidade de empregá-las discriminatoriamente, outro importante compromisso fixado entre os países foi o de ampliar o grau de transparência das políticas nacionais. O acordo incluiu a imediata publicação de todas as medidas de aplicação no âmbito dos países que possam vir a afetar sua implementação.

Dado que a exportação de serviços é consolidada, em geral, pelo estabelecimento de uma base de operação em outro país, é imperativo que o acesso do provedor estrangeiro ao mercado doméstico não seja onerado por medidas discriminatórias. O acordo fixa as bases para a liberalização progressiva do comércio de serviços que deverá ser alcançada por intermédio de sucessivas rodadas de negociação. Tais negociações deverão iniciar-se até cinco anos após a criação da OMC.

O GATS fixa compromissos pelos quais deve se garantir a crescente inserção dos países em desenvolvimento no comércio mundial de serviços, mediante acordos específicos negociados entre as partes contratantes que garantam o fortalecimento das capacidades nacionais em matéria de serviços, melhores acesso aos canais de distribuição e às redes de informação e a liberação do acesso a mercados em setores de interesse para suas exportações.

O acordo inclui também regras adicionais para determinados setores como o de serviços financeiros, transporte aéreo, telecomunicações e para o deslocamento de mão-de-obra. As partes podem negociar compromissos de acesso a mercados através da fixação de regras e cronogramas para setores ou sub-setores específicos. Tais compromissos, negociados com base em "ofertas e demandas", devem garantir acesso aos mercados e tratamento nacional ao exportador de serviços. Existe a possibilidade de modificação das listas nacionais, transcorrido pelo menos três anos após a entrada em vigor dos compromissos e mediante a oferta de compensações.

O anexo sobre o setor financeiro assenta, sem contrariar as demais partes do acordo, os direitos das partes de estabelecer medidas cautelares visando proteger investidores, depositantes e, de forma mais ampla, a estabilidade do sistema financeiro. O acordo foi negociado com base no cumprimento da cláusula de nação mais favorecida e permite às partes signatárias revisar e implementar seus cronogramas de compromissos e as exceções à "cláusula de nação mais favorecida" até 6 meses depois da entrada em vigência do acordo. No que tange os aspectos relacionados com o acesso a mercados, o acordo contém obrigações detalhadas sobre direitos de monopólio, comércio transfronteiriço --

abrangendo seguros e resseguros, bem como o processamento e a transferência de dados financeiros --, direitos de estabelecer ou expandir a presença comercial em outro país e regulamentação sobre a entrada temporária de mão-de-obra especializada. As disposições referentes ao "tratamento nacional" referem-se especificamente ao acesso para serviços de pagamento e compensação operadas por entidades públicas e para fundos oficiais e de refinanciamento.

O anexo sobre o setor de telecomunicações discute as normas e medidas que afetam o acesso e o uso dos serviços públicos de telecomunicações e de suas redes. O acordo estabelece que o acesso de mercado aos prestadores de serviços de outros países deve ocorrer em termos não discriminatórios, de forma a facilitar a ampliação dos serviços de telecomunicações em conformidade com os programas nacionais. Condições de acesso e uso das redes públicas de telecomunicações só devem ser impostas na medida que assegurem o cumprimento das obrigações dos operadores públicos, que garantam a proteção da integridade física dos equipamentos e que confira acesso aos prestadores estrangeiros de serviços naquelas áreas para as quais foram negociados compromissos específicos.

O anexo sobre o setor de transporte aéreo abrange as atividades de reparo e manutenção de aeronaves, de marketing das companhias aéreas e de serviços computadorizados de reserva. O texto excluiu os acordos sobre direitos de rotas, que são comumente negociados em bases bilaterais entre países e/ou companhias aéreas. Os dispositivos legais que regularão o setor de transporte aéreo deverão ser renegociados pelo menos a cada cinco anos.

O acordo prevê a aplicação de salvaguardas de emergência, vedando a possibilidade de discriminação de parceiros. A imposição de restrições aos pagamentos e às transferências internacionais resultantes da prestação de serviços só poderá ser aplicada no caso de sérias dificuldades de balanço de pagamento ou a pedido do Fundo Monetário Internacional. O GATS contém disposições institucionais para consulta e soluções de controvérsias entre as partes signatárias.

São muitas as dificuldades de avaliação dos impactos do estabelecimento do GATS sobre a economia brasileira. Uma

restrição de primeira ordem refere-se aos obstáculos de acesso, a confiabilidade e a comparabilidade das informações estatísticas sobre o setor de serviços. Quando disponíveis, as informações só incluem as transações transfronteiriças e deixam de registrar o valor dos serviços prestados por fornecedores estrangeiros nos mercados domésticos. Ademais, não há possibilidade de se quantificar nas transações que envolvem a prestação de serviços o nível das barreiras impostas ao setor a partir dos mesmos métodos utilizados para o comércio de mercadorias. Geralmente, os obstáculos assumem a forma de aplicação de leis, regulamentações e requisitos internos cujos efeitos, em termos de oportunidades comerciais e de acesso aos investidores estrangeiros, são de difícil avaliação.

A proposta americana que visava a eliminação de todas as barreiras ao comércio de serviços, acompanhada da definição de princípios gerais (não discriminação, tratamento nacional, transparência e arbitragem de conflitos), aplicáveis tanto aos investimentos diretos para produção de serviços em terceiros mercados quanto à importação e exportação de serviços, acabou sendo contrarrestada pela possibilidade de consolidação no âmbito de cada país de ofertas setoriais com distintos graus de abrangência.¹⁸

Quanto às ofertas dos países desenvolvidos, cabe salientar que alguns compromissos assumidos devem gerar impactos favoráveis para as economias em desenvolvimento, em especial a liberalização dos serviços intensivos em conhecimento e mão-de-obra especializada que podem viabilizar a transferência de investimentos, capacidade produtiva e capacitação tecnológica para algumas economias de menor desenvolvimento econômico relativo. Outras ofertas abrangem setores de interesse para a exportação dos países em desenvolvimento e em especial para o Brasil, como é o caso dos serviços de construção e outros serviços profissionais.

Apesar de sua abrangência, a oferta brasileira foi de natureza defensiva. A estratégia dos negociadores brasileiros parece ter sido a de criar condições de acesso ao mercado nacional de serviços sem que se colocasse em risco a sobrevivência da capacidade instalada no país. Cabe ainda proceder a avaliações mais precisas que indiquem a abrangência das ofertas bem como

se os termos negociados propiciarão, no longo prazo, um aumento dos investimentos do setor no Brasil bem como na melhoria de qualidade dos serviços prestados.

IV.2 Propriedade Intelectual

O acordo reconhece que a ampla variedade de padrões de proteção e enforcement dos direitos de propriedade intelectual e a ausência de uma estrutura multilateral de princípios, regras e disciplinas que lidem com o comércio de produtos falsificados têm se mostrado uma fonte crescente de tensão nas relações econômicas internacionais. Regras e disciplinas eram necessárias para conter estas tensões. Com base neste objetivo, o acordo procura estender a validade dos princípios básicos do GATT aos direitos de propriedade intelectual, bem como garantir a aplicação das convenções internacionais em vigor na área.

O acordo em torno dos aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual está dividido em três partes. A primeira apresenta as provisões gerais e os princípios básicos. Como novidade, as partes signatárias passam a se submeter ao princípio da "cláusula de nação mais favorecida".

A segunda parte do acordo trata de definir a abrangência dos direitos de propriedade intelectual em áreas diversas como copyright, marcas comerciais, indicações geográficas, designs industriais, patentes, proteção de segredos industriais, de know-how e de lay-out de circuitos integrados.

Com relação aos direitos de autoria, os países devem se comprometer com o cumprimento das disposições da Convenção de Berna -- atualizadas pelo Acordo de Paris de 1971 -- para proteção das obras literárias e artísticas. O texto do GATT obriga que os programas de computadores passem a ser protegidos como obras literárias e estabelece as condições em que a utilização de bases de dados passam a ser "protegidas" pelos direitos de autoria. Os autores de programas de computação e os produtores de gravadoras musicais passam também a ter o direito de autorizar ou proibir o aluguel comercial de seus produtos para o público em geral. Um direito similar de exploração se aplica aos filmes nas circunstâncias em que o aluguel comercial estiver facilitando a

difusão de cópias e, conseqüentemente, prejudicador os direitos a exploração dos direitos de exibição. A exploração dos direitos de gravação musical por autores ou produtores poderá se estender por um período máximo de 50 anos. Redes de rádio e teledifusão terão controle sobre o uso e reprodução de seus sinais por pelo menos 20 anos.

Com respeito às marcas comerciais, o acordo do GATT define quais tipos de avisos devem ser utilizados de forma a proteger uma marca e quais são os direitos conferidos aos seus proprietários. Para aquelas marcas que, por motivos particulares, tenham se tornado bem conhecidas em um país específico é conferida proteção adicional. O acordo também estabelece um conjunto de obrigações relacionadas com o uso de marcas comerciais, suas condições de proteção, licenciamento e transferência. Disposições proíbem o emprego de regulamentos nacionais que vinculem o licenciamento de marcas estrangeiras à utilização de marcas nacionais.

O acordo sobre propriedade intelectual obriga a que todas as partes signatárias forneçam os meios adequados para prevenir o uso de indicações geográficas que possam confundir o consumidor quanto à origem dos bens. Segundo o acordo, o uso inadequado das indicações geográficas constitui um ato de competição desleal, passível de retaliação. Um alto grau de proteção passa a ser conferido às indicações de localização no caso de vinhos e spirits, cuja defesa é assegurada mesmo nas circunstâncias em que a falsificação da origem dos produtos não causar qualquer dano ou prejuízo material aos produtores. Outras disposições garantem o estabelecimento de negociações com vistas a criar um sistema de notificação e registro de indicações geográficas para os vinhos.

Com relação aos designs industriais, os termos acordados asseguram proteção por um período de 10 anos. Os proprietários de designs industriais podem fazer uso de mecanismos para prevenir a fabricação, venda ou importação de produtos que sejam uma cópia ou incorporem o estilo do design protegido.

Na área de patentes, as partes contratantes assumiram o compromisso de respeitar os termos da Convenção de Paris de 1967. O acordo também assegura vinte anos de proteção a todas as invenções seja de produto ou de processo em quase todos os campos tecnológicos. Algumas invenções podem ter seu registro

de patente negado caso sua exploração comercial for proibida por razões de ordem pública. Outros produtos e serviços não podem ser patenteados: métodos terapêuticos, cirúrgicos e de diagnóstico; plantas e animais, desde que não sejam microrganismos; e processos biológicos para reprodução de plantas e animais, desde que não sejam processos microbiológicos. Variedades de plantas podem, no entanto, obter registro de patente. Foram definidas condições detalhadas para o licenciamento compulsório de patentes sem a autorização de seu proprietário. Direitos conferidos às patentes de processos ficam automaticamente estendidos para os produtos obtidos através do método produtivo patentado. Sob determinadas condições, supostos usuários ilegais de processos patentados podem ser intimados a comparecer ao tribunal a fim de provar que eles não fazem uso daqueles processos.

No que diz respeito ao lay-out de circuitos integrados, o acordo determina que as partes contratantes forneçam proteção com base na seção de circuitos impressos do Tratado de Washington sobre proteção intelectual complementado com as seguintes cláusulas: a proteção deve ser fornecida por um período mínimo de 10 anos; os direitos de propriedade intelectual devem ser estendidos aos produtos que incorporam o lay-out usado de forma irregular; a concessão de licença compulsória bem como o uso de lay-out não licenciados pelo governo só é permitido sob condições bastante restritas. Os segredos industriais e o know-how com valor comercial devem ser protegidos contra práticas que impliquem em quebra de sigilo.

A seção final da segunda parte do acordo discute a adoção de práticas anti-competitivas relacionadas com o processo de licenciamento. O acordo estabelece um sistema de consultas entre governos sempre que houver suspeita de que o uso de licenciamentos configura um abuso dos direitos de propriedade intelectual, produzindo efeitos adversos sobre o processo de competição. Medidas tomadas com o objetivo de coibir estas práticas devem ser consistentes com o conjunto das disposições do acordo sobre propriedade intelectual.

A terceira parte do acordo fixa as obrigações dos governos na definição de regras nacionais que assegurem o cumprimento de suas disposições pelo conjunto dos agentes econômicos que

operam no mercado doméstico. Estas regras devem permitir a adoção de medidas eficazes contra práticas que infrinjam os direitos de propriedade intelectual. Os procedimentos administrativos devem prever disposições sobre a existência de provas, interdição, dano e dispositivos de tal forma a conferir, às autoridades competentes, poder mandatório para ordenar, caso necessário, a indisponibilidade de bens para venda ou a sua destruição. Provisões adicionais devem viabilizar o uso de instrumentos de proteção fronteiriços que impeçam a internação e circulação de produtos falsificados ou pirateados. Os países ficam também comprometidos com a criação de mecanismos que prevejam penalidades contra o uso premeditado de marcas comerciais falsificadas ou de produtos pirateados.

O acordo prevê o estabelecimento do Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights cuja responsabilidade será de monitorar a operação do acordo e de garantir o cumprimento do mesmo pelos governos nacionais. Controvérsias entre países na área de propriedade intelectual serão examinadas no âmbito do sistema integrado do GATT de resolução de controvérsias com base nos novos procedimentos aprovados na Rodada Urugual.

Os países desenvolvidos terão prazo de um ano para implementar as disposições do acordo. Quatro anos é o prazo para países em desenvolvimento e onze para os países menos desenvolvidos. Os países em desenvolvimento que ainda não forneçam proteção patentária para algum tipo de tecnologia terão um prazo de dez anos para implementá-la. Todavia, no caso de produtos farmacêuticos e produtos químicos empregados na agricultura, os países em desenvolvimento deverão assegurar a aplicação das patentes a partir do início do período de transição. Caso seja obtido licenciamento para comercialização de produtos farmacêuticos ou químicos patenteados durante o período de transição, o país em desenvolvimento deve oferecer um direito exclusivo de mercado para aqueles produtos por 5 anos, ou enquanto perdurar a patente do produto, aplicando-se, no caso, a cláusula que conferir o menor tempo de proteção.

IV.3 Investimentos

O acordo sobre investimentos reconhece que determinadas medidas governamentais aplicadas na área restringem e distorcem o comércio. Pelo texto negociado ficam proibidas as aplicações de medidas que fixem requisitos de fornecimento nacional mínimo ou volumes de importação como função do desempenho exportador. Todas as medidas remanescentes devem ser notificadas e removidas em dois anos no caso dos países desenvolvidos, em cinco anos no caso dos países em desenvolvimento e em sete anos no caso dos países menos desenvolvidos.

Foi criado um comitê para os Trade-Related Aspects of Investment Measures que tem como atribuição principal monitorar a implementação do acordo. Ficou estabelecido que, no futuro, se avaliada a necessidade de complementação do acordo, disposições mais abrangentes deverão ser fixadas para a regulação dos investimentos e das políticas de concorrência.

V. Conclusões

Num documento preparatório da Rodada Urugual 19 do GATT, lançado pelo Brasil e por outras economias em desenvolvimento em 1985, foi apresentada uma agenda de negociação para o comércio de bens abrangendo os temas considerados prioritários. Segundo este grupo de países, o êxito da Rodada dependia basicamente de ações negociadoras que contemplassem os temas do chamado backlog, ou seja, do contencioso comercial excluído das negociações nas rodadas anteriores. Portanto, era imprescindível que se ampliassem os dispositivos do GATT ao comércio de têxteis e confecções; que se fixasse um cronograma de revisão das restrições quantitativas e de outras medidas não tarifárias sobre produtos tropicais; que se garantisse o estabelecimento e a observância de disciplinas para a aplicação de subsídios e incentivos (especialmente quando concedidos para produtos que competissem com as exportações dos países em desenvolvimento); que se assegurasse o uso não discriminatório e moderado dos instrumentos de combate às práticas desleais de

comércio; e, finalmente, que se criassem regras precisas para aplicação ampla das cláusulas de salvaguarda.

No seu conjunto, os pleitos apresentados pelo Brasil e outras economias em desenvolvimento foram tratados e em, muitos casos -- alguns, inclusive, envolvendo os acordos dos chamados "novos temas" --, foi conferido tratamento diferenciado para os países menos desenvolvidos. Se, por um lado é verdade que as metas de liberalização comercial perseguidas pelo Grupo de Cairns estiveram aquém das expectativas, é preciso, por outro lado, ressaltar os resultados positivos das negociações de acesso a mercados que resultaram na fixação de compromissos para desmontagem gradual dos esquemas de subvenção à produção e exportação de produtos agrícolas e também do acordo MULTIFIBRAS, submetendo a agricultura e o setor têxtil e de confecções às regras do GATT.

Os países desenvolvidos, por sua vez, enfatizaram a necessidade de inclusão dos chamados "novos temas" na agenda de negociação. Contudo, as negociações para implementação de regras multilaterais para o comércio de serviços e para as regulações sobre propriedade intelectual e investimento acabaram perdendo relevância em função dos impasses surgidos na área agrícola. Apesar da resistência dos países em desenvolvimento -- e em especial do Brasil -- contra a inclusão dos novos temas na Rodada, a introdução de processos de negociação paralelos para mercadorias e serviços preservou, em alguma medida, o interesse dos países em desenvolvimento. No que diz respeito especificamente à negociações de serviços, apesar da definição de princípios gerais aplicados ao comércio nesta área -- como o da "cláusula de nação mais favorecida" e o princípio da não-discriminação --, a possibilidade de consolidação de acordos setoriais permitiu limitar a abrangência das concessões consolidadas pelos países em desenvolvimento de modo a que não se comprometesse a viabilidade de setores menos capacitados para enfrentar a concorrência de fornecedores estrangeiros.

Não há dúvida de que as negociações que envolveram os chamados "novos temas" induzirão mudanças no aparato regulatório brasileiro nas áreas de investimento, propriedade

intelectual e serviços de forma a torná-lo compatível com as regras acordadas no GATT 1994.

Na área de patentes, por exemplo, o governo americano estava propenso a adotar medidas retaliatórias contra o Brasil por falta de proteção adequada às patentes de produtos americanos. Desde o ano passado, os EUA pressionavam o Brasil pela inclusão de mudanças na lei de patentes em trâmite no congresso nacional de forma a torná-la mais rigorosa. Os pontos polêmicos do projeto estão relacionados com o reconhecimento retroativo de patentes (pipeline), licenciamento compulsório de patentes (incluindo a obrigação de produção no Brasil), importação paralela e reconhecimento de patentes na área de biotecnologia. A disposição do governo brasileiro demonstrada nas negociações com o Escritório Comercial dos EUA no sentido de implementar mudanças na legislação patentária, cumprindo os acordos aprovados na Rodada Uruguai, induziu a retirada pelo governo americano do Brasil da lista de países prioritários da Special 301. O arrefecimento da posição americana foi resultado do compromisso assumido pelo governo brasileiro de se esforçar para a aprovação no Congresso Nacional do substitutivo do projeto de lei sobre propriedade intelectual até o dia 15 de julho. Todavia, o entrave realmente sério à compatibilização da política nacional com as regras definidas no GATT está no fato de que ela envolve escolhas difíceis entre a liberalização e autonomia nacional na área tecnológica (Tussie [1994]).

Neste momento é ainda cedo para se avaliar o impacto da incorporação dos direitos de propriedade à legislação econômica internacional sobre os países em desenvolvimento. A inclusão dos direitos de propriedade intelectual ao GATT atendeu, em grande medida, às demandas dos países desenvolvidos. Neste sentido, a regulação do GATT pode reduzir a pressão política dos países desenvolvidos sobre as economias em desenvolvimento que até a Rodada Uruguai não atendiam aos requisitos de proteção da propriedade intelectual defendidos pelos países que dominam a fronteira tecnológica. A ampliação do acesso dos países em desenvolvimento às tecnologias de ponta não está garantida pelo acordo, embora as novas regras abram algumas oportunidades

para aqueles países dotados de infraestrutura científica e tecnológica.

As novas regras para aplicação dos direitos compensatórios e anti-dumping impõem maior grau de transparência e precisão para aplicação de medidas de defesa da indústria nacional contra práticas desleais de comércio. Por sua vez, a definição do código de salvaguarda significa que medidas que impliquem na suspensão dos compromissos assumidos junto ao GATT, passam a se submeter aos princípios de seletividade e de phasing-out gradual dos níveis de proteção. Este novo conjunto de regulações tem como principal mérito evitar práticas discricionárias como o uso das "medidas de área cinzenta" contra as exportações de países em desenvolvimento. Todavia, cabe ainda avaliar se acordos negociados poderão garantir, de alguma forma, a limitação do uso de medidas de retaliação unilateral por parte dos países desenvolvidos, como é o caso da seção 301 do American Trade Act. Durante o encontro em Marrakesh, em conversas informais, os negociadores americanos admitiram que o país aceitaria, a partir da entrada em vigor do acordo, a obrigação de não usar a lei de retaliação comercial seguindo procedimentos que venham a contrariar os princípios e regras do GATT 1994. Se, de fato, o novo acordo limita o uso da seção 301, não há, entretanto, razão aparente para descartar a hipótese de que os EUA venham a utilizá-la como opção de retaliação unilateral nas áreas em que a regulação da WTO não tenha atingido um grau de detalhamento e consistência capaz de impedir o surgimento de contenciosos de pactuação complexa no âmbito do sistema de resolução de controvérsias.

Nestas condições e dada a abrangência e o detalhamento dos acordos negociados no âmbito do GATT 1994, ganha relevância o sistema de resolução de controvérsias aperfeiçoado na presente Rodada. Discussões entre as partes contratantes em torno da implementação, aplicação e interpretação dos acordos negociados deverão ser tratadas através do referido sistema. No decorrer das negociações, os países em desenvolvimento atribuíram especial importância a este acordo, uma vez que ele viabiliza o exercício pleno dos direitos definidos pelo GATT 1994 independentemente do poder de barganha das partes. Todavia, cabe salientar que a utilização eficaz do mecanismo de solução de controvérsias pelo

Brasil dependerá da criação de capacitação jurídica e administrativa que viabilize a defesa consistente das interpretações brasileiras nas questões em disputa.

O encerramento da Rodada Uruguai em Marrakesh foi marcado pelas discussões em torno de novos temas a serem tratados no âmbito da OMC, em especial sobre a possibilidade de estabelecimento de regras de controle sobre o chamado dumping social e de disposições relativas ao comércio e meio-ambiente. Em ambos os casos, os países em desenvolvimento temem que os países desenvolvidos transformem as negociações em torno destes temas em mecanismo para imposição de novas barreiras contra as exportações dos países menos desenvolvidos.

Considerada no seu conjunto, as negociações conduzidas ao longo da Rodada Uruguai possuem méritos inquestionáveis: fortalecem a estrutura multilateral do comércio internacional ao criar a Organização Mundial de Comércio; ampliam a abrangência de temas negociados, submetendo novos setores à disciplina do acordo; e propõem aperfeiçoamentos nos instrumentos de regulação do comércio internacional. Num contexto de liberalização comercial, o pequeno poder de barganha do Brasil, o grau de diversificação de sua pauta comercial e a sua inserção no comércio mundial como global-trader, transformam o Brasil num *démandeur* natural de uma institucionalidade multilateral e abrangente para regulação do comércio internacional, mesmo que suas posições relativas a determinados temas tenham apenas chances marginais de prevalecerem no decorrer das negociações. As palavras proferidas pelo embaixador brasileiro Celso Amorim durante o encontro de Marrakesh corroboram esta tese ao fornecer uma avaliação positiva sobre os resultados do GATT 1994 e de seu significado para o Brasil: "(...) no contexto da transição da substituição de importações para um modelo de crescimento novo e aberto, (...) a conclusão exitosa da Rodada Uruguai é um imperativo na estratégia global de promoção da integração competitiva do Brasil na economia mundial."

REFERÊNCIAS

- BOLTUCK, R. & LITAN, R. (eds) (1991) *Down in the Dumps - Administration of the unfair trade laws*. The Brookings Institution. Washington.
- GATT (1993) *Acta Final en quen se Incorporan los Resultados de la Ronda Uruguay de Negociaciones Comerciales Multilaterales*. Secretaria do GATT - Comitê de Negociações Comerciais. Genebra.
- (1993) *Análisis del Proyecto de Acuerdo de la Ronda Uruguay, com Especial Atención a los Aspectos de Interés para las Economías en Desarrollo*. Secretaria do GATT - Comitê de Negociações Comerciais. Genebra.
- *Trade Policy Review Mechanism*. Secretaria do GATT. Genebra (vários países, vários anos).
- GOTTLIEB, E. (1988) *Negociações de Serviços no GATT: obstáculos para o Brasil*. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Texto para Discussão no. 16. Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, E.A. & NAIDIN, L. (1994) *GATT 1994: os novos acordos sobre dumping, subsídios e salvaguardas* in *Revista Brasileira de Comércio Exterior* no.39. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Rio de Janeiro.
- LAWRENCE, R.Z. (1991) *Scenarios for the World Trading System and their Implications for Developing Countries*. Technical Papers no. 47. OECD.
- PEREIRA, L.V. (1991) *Breves Notas sobre a Negociação de Serviços na Rodada Urugual*. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Texto para Discussão no. 62. Rio de Janeiro.
- PIANI, G & PEREIRA, L.V. (1993) *Salvaguardas, Dumping e Subsídios: revisão na Rodada Urugual in Perspectivas da Economia Brasileira - 1993*. IPEA/INPES. Rio de Janeiro.
- TUSSIE, D. (1994) *A Complexidade da Harmonização de Políticas: o caso dos direitos de propriedade intelectual* in *Revista Brasileira de Comércio Exterior* no.39. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Rio de Janeiro.

Notas

- 1 O presente documento analisa as ofertas apresentadas até 19 de novembro de 1993.
- 2 A consolidação de tarifas pelos países implica na fixação de um teto máximo para as alíquotas ad-valorem a serem praticadas por um determinado país, para uma fração ou para a totalidade das linhas tarifárias.
- 3 Por este acordo, as partes signatárias se comprometem a publicar um calendário de eliminação, caso medidas desta natureza estejam ainda em operação. No caso de anúncio de novas medidas, os países devem dar preferência àquelas que menos afetem o comércio internacional, evitando, na medida do possível, a imposição de restrições quantitativas, a menos quando for crítica a situação de balanço de pagamentos.
- 4 O equivalente tarifário das barreiras não-tarifárias para os produtos têxteis e confecções corresponde a 30%, em média, e atinge em torno de 50%, das importações realizadas pelos países desenvolvidos. A eliminação das regulações comerciais do Acordo Multifibras produzirá uma redução dos níveis de proteção bem superior aos 21% (tabela 2) obtidos pelas economias em desenvolvimento a partir das ofertas consolidadas pelas economias desenvolvidas.
- 5 A UE limitaria a área plantada de produtos oleaginosos em 5,2 milhões de hectares, além de serem suspensas as exportações de carne bovina da UE para a Ásia.
- 6 Recentemente, a UE anunciou que não começaria a aplicar a redução dos subsídios agrícolas a partir de 1º de janeiro de 1995 conforme havia sido acordado no GATT. Em vez disso, o acordo só será implementado a partir de julho de 1995.
- 7 No caso deste produto, por exemplo, a redução das tarifas negociadas foram de 20% e 15%, respectivamente para as exportações destinadas à UE e aos EUA. O corte foi, portanto, inferior à média dos produtos de origem tropical, que foram beneficiados com reduções tarifárias da ordem de 40%.

- 8 Para uma avaliação detalhada dos novos termos dos códigos de dumping, subsídios e salvaguarda e impactos sobre a gestão destes instrumentos no Brasil, consultar Plani & Peretra (1993) e Guimarães & Naldin (1994).
- 9 Entre 1980 e 1986, a aplicação da cláusula de salvaguarda restringiu-se a 31 casos, enquanto que o número de investigações anti-dumping e subsídios abertas pelas partes signatárias alcançou 1228 e 466 ações, respectivamente.
- 10 Para uma avaliação detalhada da interpretação e aplicação dos códigos anti-dumping e de subsídios e direitos compensatórios pelos EUA, ver Boltuck & Litan (eds) [1991].
- 11 Para uma avaliação ampla dos setores afetados e dos critérios utilizados para a imposição de direitos anti-dumping no caso da UE, EUA e Japão, consultar o Trade Policy Review Mechanism -- documentos anuais do GATT de análise da política comercial das partes contratantes.
- 12 Caso um país adote uma interpretação particular para uma das disposição dos códigos, se tal interpretação estiver entre aquelas aceitas pelo painel do GATT, a decisão do país deve ser acatada.
- 13 A aplicação de subsídios agrícolas não se submetem às regras do presente código, sendo regido por regulamentações específicas contidas no acordo da agricultura.
- 14 Uma dificuldade adicional para a inclusão do setor serviços nas negociações era postulada por alguns países: ao contrário do tema de serviços, que exigia uma ampliação do escopo de temas negociados pelo GATT, os direitos de propriedade intelectual e investimento poderiam ser tratados como barreiras técnicas ao comércio.
- 15 No início das negociações, a inflexibilidade da postura brasileira acabou conduzindo a um crescente isolamento em relação aos demais países em desenvolvimento, liderados pela Índia. Este último país, juntamente com a CE, defendiam a consolidação de acordos setoriais como estratégia capaz de contrarrestar o poder de barganha dos EUA. Os negociadores brasileiros, por sua vez, alegavam sobre a dificuldade de garantir o avanço das

negociações através de arranjos setoriais, dada a dificuldade de obter informações confiáveis que pudessem subsidiar as conversações.

16 Através deste princípio, seria possível vincular a liberalização do comércio de determinados produtos pleiteada pelos países em desenvolvimento à redução de barreiras e abertura do mercado de serviços destes países às exportações e investimento das economias desenvolvidas. Para maiores detalhes sobre a história da negociação de serviços no GATT ver Gottlieb (1988).

17 A oferta brasileira na área de serviços contemplou formas variadas de acesso aos seguintes mercados: comunicação, construção, consultoria de engenharia, serviços de contabilidade e franchising, distribuição, finanças, turismo e transporte terrestre.

18 As ofertas por setor podem definir distintas formas de acesso aos mercados: importação de serviços, possibilidade de residentes contratarem livremente serviços no território de outro país, presença de estabelecimento comercial ou produtivo (estabelecimento de subsidiárias, joint-ventures, contratos de franchising) de fornecedores estrangeiros de serviços e presença temporária de pessoas físicas com vistas a fornecer um serviço especificado no território do país.

19 Documento GATT L/5818 de julho de 1985.

